

BOLETIM 313

Brasília, 15 de março de 2017

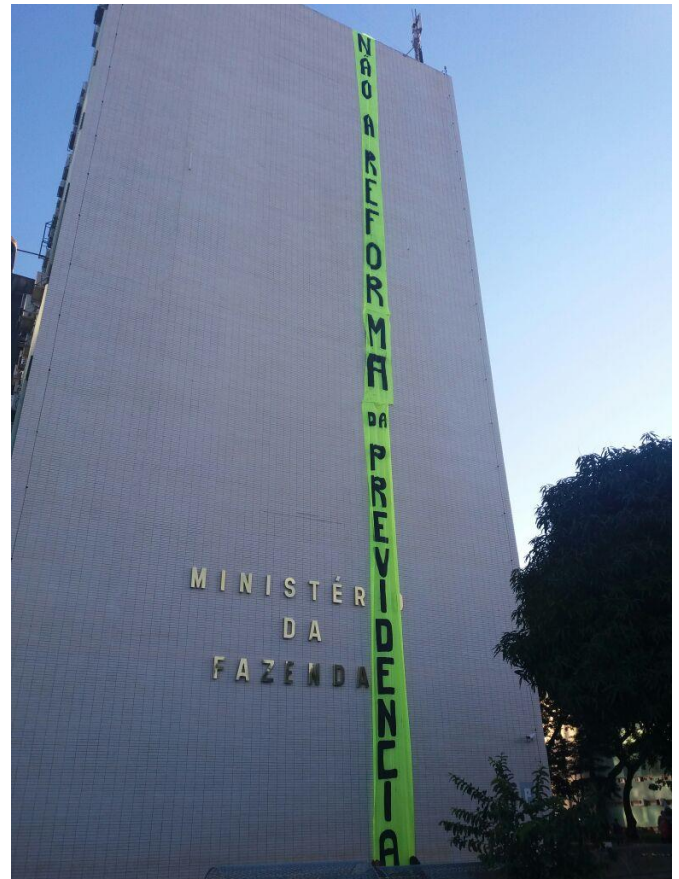
Manifestações e paralisações por todo país contra os retrocessos

Trabalhadores de diversas categorias paralisaram, hoje, as suas atividades, total ou parcialmente, com atos e manifestações para barrar a reforma da Previdência, que está em tramitação na Câmara dos Deputados (a Proposta de Emenda Constitucional - PEC 287).

Com base em manipulações de números, o governo tenta impor o maior retrocesso à Previdência já visto no país, obrigando as pessoas a trabalharem por mais tempo para a obtenção do benefício.

A proposta aumenta a idade mínima de aposentadoria para 65 anos, para homens e mulheres, e exige 49 anos de tempo de contribuição, o que levaria as pessoas a se aposentarem com 72 anos ou mais. Isto se começarem a trabalhar aos 23 anos e não ficarem sem emprego nem um período sequer.

Em ação conjunta, todas as centrais distribuíram carta de convocação contra a reforma: “Para fabricar o déficit que gostam de propagar eles escondem as dívidas das empresas e do governo com a Previdência, pura sem-vergonhice”,



denunciam as centrais. “Todos os anos o governo desvia de 20% a 30% do dinheiro da seguridade social, através da DRU, para o pagamento de juros. Mentem porque desviam centenas de bilhões de reais para os bancos. Em 2016, foram 43% do orçamento federal para os bancos. Em meio à crise, os três maiores bancos privados do Brasil lucraram R\$ 46 bilhões no ano passado. O resultado dessa política de devastação nacional pró-banqueiro foi que, em dois anos, derrubaram o PIB em 8,5%, a indústria em 15% e mais 7,5 milhões de trabalhadores com carteira assinada perderam o emprego”, denunciam as organizações dos trabalhadores.



A mobilização deve prosseguir ao longo do dia crescendo em todos os setores. Além da mobilização nas ruas, a pressão também aumenta no Congresso Nacional, com a criação da CPI da Previdência que será protocolada neste mês, e uma série de ações que estão sendo feitas por movimentos sociais. Nesta semana, a OAB, em conjunto com dezenas de entidades, também organiza grande mobilização contra a reforma.

FAIXA NO MINISTÉRIO - Na manhã desta quarta-feira, manifestantes estenderam uma faixa contra a reforma da Previdência no prédio do Ministério da Fazenda, em Brasília.

Rodoviários, metroviários e professores da rede pública também paralisaram as atividades em vários Estados e algumas categorias paralisaram em razão de suas negociações salariais.

CONTRICOM – Integrantes da direção da CONTRICOM participaram da manifestação hoje pela manhã em Brasília, na Esplanada dos Ministérios. Estavam presentes o secretário geral da entidade, Miraldo Vieira, e os membros do Conselho Fiscal da entidade que estão reunidos em Brasília: Antonio Lopes de Carvalho, Evilásio Lopes e Raimundo Brito **(foto)**.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

OAB repudia campanha contra Justiça do Trabalho

A Ordem dos Advogados do Brasil saiu em defesa da Justiça do Trabalho, alvo de ataques por parte do governo Temer, que tenta aprovar a toque de caixa no Congresso Nacional uma reforma para acabar com as leis trabalhistas.

Na última semana, o presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que a Justiça do Trabalho “não deveria nem existir”.

Segundo OAB as agressões à Justiça do Trabalho é mais uma tentativa de “precarizar as garantias asseguradas aos trabalhadores”, e ressaltou que a entidade “se manterá firme na luta contra tentativas de extinção ou de fragilizar a Justiça do Trabalho”.

No documento assinado pelo Conselho Federal da OAB (CFOAB) e pelo Colégio de Presidentes de Seccionais da Ordem, a entidade afirma que a Justiça do Trabalho em sua longa história “teve e tem grande importância num país desigual como o Brasil, na pacificação de greves e conflitos sociais, na valorização do trabalho e no desenvolvimento da sociedade brasileira e na consolidação da democracia e do Estado Democrático de Direito”.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



**Mazinho: declaração do presidente da Câmara
“merece nosso mais veemente repúdio”**

NOTA PÚBLICA

Declaração do deputado Rodrigo Maia
pela extinção da Justiça do Trabalho

QUEREM UM PAÍS SEM LEIS E SEM JUSTIÇA! SE FOR ISSO, QUE SERVENTIA TERÁ O PARLAMENTO?

O Brasil é considerado um dos países mais modernos e avançados do mundo quando se trata de legislação trabalhista.

A CLT, que completará este ano 74 anos de existência, reformada e modernizada ao longo do tempo, consolidou direitos e harmonizou as

relações entre o capital e o trabalho, amparando, como todas as redes legais de proteção social, o lado mais frágil da relação: os trabalhadores.

A própria Organização Internacional do Trabalho, a OIT, já reconheceu, através de vastos estudos, que não são as chamadas “legislações protecionistas” responsáveis pelos baixos índices de desenvolvimento econômico experimentados por diversos países e, sim, os estrangulamentos provocados por políticas econômicas equivocadas, marcadas por investimentos públicos medíocres, sistemas tributários anacrônicos e elevadas taxas de juros. E a experiência já demonstrou, aqui, perto de nós, na Argentina, no Chile e no México, para ficar apenas com os exemplos do Continente, que a precarização do trabalho não induziu o crescimento econômico, muito pelo contrário. Todos saíram perdendo, inclusive o empresariado do setor produtivo, pois as economias andaram para trás, drasticamente.

É o que está acontecendo no Brasil de hoje por responsabilidade de sucessivos governos que insistem por esse caminho.

A administração Temer, acossada por segmentos empresariais, enviou ao Congresso Nacional uma proposta de reforma trabalhista que, sob o falacioso pretexto de modernizar a legislação vigente, introduz o nefasto princípio do negociado sobre o legislado, em um período de crescente fragilização das organizações sindicais laborais, em razão de vários fatores: desemprego brutal; suspensão dos efeitos da Súmula 277 do TST que assegurava a ultratividade das convenções coletivas; e proibição da extensão da taxa confederativa ou



assistencial aos não-sócios do sindicato, embora esses também se beneficiem com os resultados dos acordos coletivos. A par dessa realidade, as entidades patronais continuam intocadas.

Pretendem, com isso, sufocar as entidades que representam os trabalhadores, política e materialmente, o que se agravará com a autorização legal para que as organizações nos locais de trabalho sejam instituídas sem a participação sindical, na tentativa de que essas representações fiquem sob controle patronal.

Além disso, o projeto governamental estimula os contratos temporários e intermitentes na esteira do outro projeto que pretende estender as terceirizações às atividades-fim das empresas.

Tudo isso sob o argumento de que o movimento sindical e os trabalhadores estão maduros para suportar essa inversão de valores que visa “prestigiar” as negociações coletivas. Os responsáveis pela proposta, certamente, não conhecem a realidade do país, principalmente de nosso imenso interior e das regiões mais pobres. Se o projeto for aprovado, é **o capital que será prestigiado e não a negociação coletiva**, pois, infelizmente, mesmo nos centros mais desenvolvidos, a relação entre as duas partes ainda é de profundo desequilíbrio. O filósofo Thomas Hobbes há séculos já dizia que não existe iniquidade maior do que tratar desiguais da mesma forma.

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, ao fazer coro com a banda governista, expôs as reais intenções que estão por trás dessa “reforma”. Demonstrando uma ignorância cavalgar sobre o que representa cada

um dos ramos do direito, afirmou que a Justiça do Trabalho “não deveria nem existir”.

O raciocínio é lógico: se é o negociado que vale, para que serve a legislação do trabalho? E, se não há legislação do trabalhista, qual a utilidade da Justiça do Trabalho? Uma sociedade sem lei de proteção ao trabalho e sem Justiça do Trabalho só pode ser concebida sem o trabalhador! Tudo está claro, agora: **querem transformar o trabalhador em escravo e, aí, realmente, tanto a lei quanto a justiça são absolutamente inócuas**. O objetivo é um só: regredir ao tempo da escravatura não assalariada, anterior à Revolução de 30, quando o Brasil era uma grande fazenda de café e não havia qualquer amparo de natureza trabalhista.

O fato mais grave é que a declaração partiu do presidente de uma instituição que deveria zelar, minimamente, pelos avanços sociais obtidos pelo povo brasileiro ao longo de sua história e não permitir uma regressão inominável!

Argumentam os adversários da Justiça do Trabalho que existem no Brasil mais de 3 milhões de ações trabalhistas, um recorde mundial. Isso é verdade, mas se esquecem de dizer que, por trás de cada uma delas, existiu um descumprimento das obrigações previstas em lei por parte dos representantes do capital, por um motivo ou outro.

O sr. Rodrigo Maia esquece-se, ainda, que os magistrados do trabalho, como os demais, alcançaram suas posições graças a anos de estudos e experiência profissional, diferentemente de muitos políticos hoje conhecidos, destituídos de preparo e

compromisso com a sociedade, que conquistam seus mandatos a peso de ouro e os utilizam tão-somente para ressarcir seus financiadores de campanha na maior parte das vezes com recursos extraídos da corrupção.

Nem por isso defendemos a extinção do Parlamento – peça vital de toda sociedade democrática. A ideia, todavia, teria forte sintonia com a proposta do presidente da Câmara e, seguramente, estrondoso apoio popular, especialmente na atual realidade desnudada pela Lava-Jato e outras investigações, **pois uma sociedade sem leis e sem justiça dispensaria legisladores e exigiria ditadores!**

A manifestação do deputado Rodrigo Maia merece, por todos esses motivos, **o nosso mais veemente repúdio**. Ela só poderia partir do prócer de um Poder que debate, aberta e escandalosamente, a aprovação de um projeto que pretende anistiar os responsáveis pelo crime de Caixa 2 que competentes magistrados e procuradores estão revelando aos olhos da Nação.

Brasília, 15 de março de 2017

FRANCISCO CHAGAS COSTA – MAZINHO

Presidente da CONTRICOM e Vice-Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST)



Conselho Fiscal da CONTRICOM reunido em Brasília nesta terça (14)

CONTRICOM reúne Diretoria para discutir as reformas da Previdência e Trabalhista

A Diretoria da CONTRICOM estará reunida em Brasília nesta quinta (16), durante todo o dia na sede da entidade, ocasião em que os dirigentes sindicais debaterão os efeitos das reformas da Previdência e Trabalhista sobre a categoria da construção e do mobiliário e da sociedade em geral.

Segundo o presidente Francisco Chagas Costa – Mazinho, “será uma oportunidade para avaliarmos as consequências dessas reformas para os trabalhadores e o movimento sindical e reafirmamos nossa disposição de lutar para impedir qualquer retrocesso nos direitos sociais e trabalhistas”.

Além dessa discussão, a diretoria da entidade discutirá os informes dos diretores



residentes e não-residentes e a discussão que está sendo promovida no âmbito da Mesa da Construção – fórum oficial e triparte responsável pelas políticas do setor.

CONSELHO FISCAL – Os membros do Conselho Fiscal da CONTRICOM, Raimundo Brito (BA), Evilásio Lopes (PI) e Antonio Lopes de Carvalho (SP) estão reunidos desde ontem (14) e prosseguem hoje (15), na sede nacional da entidade, em Brasília, os trabalhos de avaliação das contas da entidade para emissão de parecer que será submetido à avaliação da Diretoria. ~

Fonte: Comunicação CONTRICOM

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)